



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Lima, Jacob Carlos

TRABALHO, AUTOGESTÃO E MERCADO

Caderno CRH, vol. 19, núm. 46, enero-abril, 2006, pp. 97-110

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632168008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TRABALHO, AUTOGESTÃO E MERCADO

Jacob Carlos Lima

A partir dos anos 90, no processo de reestruturação econômica e de adoção de políticas neoliberais no Brasil, com o fim da proteção a setores industriais, privatização de empresas estatais e tentativas de desregulamentação do mercado de trabalho, multiplicaram-se, no país, cooperativas de trabalho e produção industrial. Esse crescimento de empresas, em tese autogestionárias, respondeu a duas lógicas: uma empresarial, de rebatimento de custos, com o incentivo e mesmo a organização (com ou sem apoio estatal) de cooperativas por parte de empresas, para redução de gastos com a gestão da força de trabalho; e outra sindical ou vinculada a propostas autogestionárias e de economia solidária, para minimizar o aumento do desemprego e garantir renda para trabalhadores expulsos do mercado de trabalho.

No debate que acompanhou o crescimento dessa forma de organização da produção e do trabalho, o diferencial das diversas cooperativas implantadas foi a adoção efetiva dos princípios do cooperativismo, grosso modo, a posse coletiva da empresa e sua gestão democrática. Diversas cooperativas são consideradas “falsas”, por serem

apenas formalmente autogestionárias e se constituírem, de fato, num setor das empresas que as organizaram e as gerem através de funcionários que trabalham como supervisores.¹ Ao contrário, as verdadeiras cooperativas resultaram de um movimento dos trabalhadores em busca de manutenção do emprego, através de movimentos de recuperação de empresas falimentares ou de cooperativas organizadas por trabalhadores desempregados.

Entretanto essa dualidade desconsidera os inúmeros formatos assumidos pelas cooperativas de produção, as formas efetivas de gestão do trabalho, a vinculação a órgãos nacionais e internacionais de fomento ao cooperativismo, a relação com sindicatos ou movimentos políticos organizados e a participação ou não dessas cooperativas em redes empresariais. Essa simplificação termina por desconsiderar as condições objetivas de funcional-

¹ Deve ser considerado que essas cooperativas, em grande parte, adequam-se à legislação cooperativista. Entretanto uma grande quantidade delas tem sido fechada pela fiscalização de órgãos estatais, acusadas de utilização de assalariamento disfarçado. No geral, elas recebem apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras, que mantém uma postura “pragmática” a respeito da relação entre cooperativa e mercado.

mento dessas empresas e os limites enfrentados por elas na busca da efetiva autonomia da gestão e a da democratização das relações de trabalho, além de subestimar as dificuldades de caráter cultural presentes na motivação dos trabalhadores em participar e permanecer nesse tipo de empreendimento, assim como seu envolvimento no dia a dia do trabalho das cooperativas.

Uma preocupação comum tem norteado todas cooperativas: a busca de inserção num mercado competitivo e sua adequação gerencial, tecnológica e de custos a esse mercado. Mesmo quando vinculadas a propostas de uma “outra economia”, mais justa e solidária, a questão do mercado se impõe. E aqui surge uma característica, cada vez mais generalizada, que aproxima as “falsas” das “verdadeiras” cooperativas: o trabalho terceirizado para empresas comuns, como forma de sobreviverem no mercado, com o estabelecimento de padrões de organização do trabalho e o comprometimento da autonomia e a democracia no trabalho, na perspectiva autogestionária.

O objetivo deste artigo é analisar algumas experiências de organização de cooperativas de produção industrial a partir dos anos 90, vinculadas a empresas ou resultantes da atividade sindical ou de movimentos sociais, procurando verificar diferenças e semelhanças, e recuperar a percepção dos trabalhadores sobre a gestão coletiva e a autonomia do trabalho, considerando o contexto econômico e político de seu crescimento, no qual alguns pontos podem ser destacados:

- a) a retomada de questões ideológicas presentes no surgimento do movimento cooperativista e a discussão do seu caráter revolucionário, reformista ou funcional para a economia de mercado;
- b) o contexto “flexível” do capitalismo no pós-70 e a ideologia de participação dos trabalhadores nos processos de reestruturação industrial, de aumento da qualidade e produtividade do trabalhador, bem como a natureza “flexível” e participacionista constituinte do trabalho associado;
- c) a vinculação das cooperativas a redes empresariais, nas quais funcionam como empresas

terceirizadas e as implicações desses vínculos na questão da autonomia.

Na discussão dessas questões, utilizamos dados de pesquisas realizadas – e em desenvolvimento – desde 1997, com cooperativas de produção industrial de diversos tipos, “falsas” ou “pragmáticas”, verdadeiras” ou “autênticas”, através de surveys e estudos de casos realizados em diversas regiões do país.²

TRABALHO SOLIDÁRIO OU TRABALHO FLEXÍVEL?

Inicialmente, faz-se necessário precisar o uso do conceito de cooperativas de trabalho e de cooperativas de produção industrial no Brasil, termos que às vezes se confundem. As primeiras reúnem trabalhadores que oferecem, no mercado, um serviço específico, decorrente de sua formação e habilidades, utilizando instrumentos próprios, ou se dispõem a realizar determinadas tarefas em geral individualizadas (médicos, técnicos, taxistas, catadores de lixo etc). Essas cooperativas funcionam como empresas de comercialização dos serviços e produtos de trabalhadores autônomos. Assemelham-se, em certa medida, às cooperativas de produção agrícola, que reúnem diversos produtores para comercialização conjunta de seus produtos – leite, grãos e hortifrutigranjeiros etc. –, com a utilização de formas variadas de trabalho.

As cooperativas de produção industrial têm como produto o resultado do trabalho coletivo numa unidade de produção. Esse tipo de trabalho é pouco mensurável individualmente, a não ser pela utilização de tipos de controle característicos de empresas capitalistas regulares, como métodos de controle disciplinar de tempos, movimentos, qualidade de trabalho. As formas de organização se diferenciam no caráter participativo presente na discussão metas e resultados. No geral, estes últimos são percebidos pelos índices de produtivida-

² Dados de pesquisa realizadas entre 1997 e 2004 no Nordeste e Sul do país com cooperativas de terceirização industrial no setor de vestuário. Dados de Survey nacional realizado pelo IBASE-ANTEAG, em 2001.

de do conjunto dos trabalhadores. Essa produtividade resulta do envolvimento do trabalhador que, por definição, também é proprietário e gestor dos meios de produção e do processo produtivo.

A duplicidade original do trabalhador-proprietário, presente na cooperativa, reflete-se nos debates acerca da viabilidade dessa forma de organização da produção numa sociedade capitalista. Desde sua origem, debate-se sobre sua possível funcionalidade, seja para o trabalhador, seja para o capital.

O movimento cooperativista surgiu no seio do movimento operário europeu no século XIX, entre os chamados socialistas utópicos como Owen e Fourier. O crescimento, as crises, o declínio e o revigoramento do cooperativismo têm acompanhado o desenvolvimento do capitalismo e os contextos de organização, desorganização e reorganização, avanços e recuos do movimento operário. Em situações de crise e crescimento do desemprego, as cooperativas se expandiam, ora pela organização autônoma dos próprios trabalhadores, ora em frentes de trabalho organizadas pelo Estado. Em situações de recuperação, desapareciam, ou pelo menos reduziam o seu número.³

As cooperativas nunca constituíram um consenso no movimento operário, tendo sido defendidas como opção ao capitalismo na luta dos trabalhadores pelo socialismo e pela posse coletiva dos meios de produção. Ou foram consideradas como opção dos trabalhadores dentro do capitalismo, sendo acusadas de reformistas, ou de fomentarem a divisão da classe operária com a transformação dos operários em pequenos proprietários. Desde sua origem, ao lado de cooperativas organizadas por trabalhadores, outras foram organizadas por empresários, visando à redução de custos com a força de trabalho, surgindo daí a adjetivação de “falsas” e “verdadeiras” cooperativas. O próprio Marx destacou, em tese, o caráter positivo das cooperativas, ressaltando, entretanto, o risco de o trabalhador se tornar explorador de si mesmo.

³ Sobre os contextos de avanço e recuo do cooperativismo de trabalho, veja-se Louis (1984), Oakshot (1988) e Cornforth (1983).

Nos países socialistas, as cooperativas foram organizadas como unidades de produção, mas sem o caráter de autonomia previsto pelo ideário cooperativista de livre associação, e sim dentro das engrenagens partidárias, através das quais eram controladas pelo Estado e atendiam às necessidades da planificação.⁴

A partir da década de 1970, a idéia de participação dos trabalhadores na gestão das empresas ganhou novo impulso, num contexto da crise do “regime de acumulação” fordista, ou da chamada sociedade salarial. Essa década inicia o desmonte do Estado de Bem Estar social e a supremacia do ideário neoliberal.

Entre os anos 50 e 70, na vigência do Estado de Bem Estar social, direitos sociais foram incorporados à relação salarial. O assalariamento passou a ser sinônimo (durante algum tempo) de integração social e de acesso à cidadania para os trabalhadores nos países capitalistas centrais, uma vez que eram garantidos por um Estado regulador das relações capital-trabalho. Nos países da periferia, diversos avanços foram obtidos a partir da adoção de legislações trabalhistas, com o acesso a direitos, pelo menos dos trabalhadores “formais”. Com a crise de acumulação que marcou os anos 70, o capitalismo passou por uma profunda reestruturação, que significou a internacionalização da produção, a desregulamentação dos mercados, a busca por novas tecnologias e a redução de custos com a força de trabalho. Novas formas de organização e gestão do trabalho foram adotadas, visando ao enxugamento de custos e ao aumento da produtividade da força de trabalho, dentro da perspectiva de flexibilização – da produção, dos mercados e do trabalho. No trabalho, a flexibilização vai significar a implantação das técnicas “japonesas” de revalorização do conhecimento do trabalhador e sua co-responsabilização pela produção, com os círculos de qualidade e o trabalho em equipe. Os programas de participação no local de tra-

⁴ Poderíamos falar, como exceções, das experiências autogestionárias na ex-Iugoslávia, ou dos *kibbutzin* israelenses, vinculados a um projeto socialista de sociedade nas primeiras décadas de existência do Estado de Israel. Entretanto essa discussão extrapola os limites deste texto.

balho fundamentam a noção de qualidade como forma de aumento da produtividade. Vão significar também a flexibilização dos contratos, que tendem a ser temporários, de tempo parcial, com a eliminação progressiva de obrigações sociais que encareceriam a relação salarial.

As consequências, para os trabalhadores, têm sido a intensificação do trabalho, a redução do contingente de trabalhadores necessários, o desaparecimento de postos e funções, o desemprego, além do enfraquecimento do movimento sindical, com a eliminação de categorias inteiras de trabalhadores ou de sua redução radical. A subcontratação, a terceirização e a informalização passam a caracterizar, em grande medida, o novo mundo do trabalho.

Os programas participativos vão compor, além da reestruturação empresarial, as propostas de órgãos de fomento internacionais de desenvolvimento para o Terceiro mundo (através, principalmente de cooperativas agrícolas – tentadas sem muito sucesso no Brasil na década de 70, durante a vigência do período militar), como a da OIT no combate ao desemprego e a de um programa norte-americano, surgido no governo Reagan, – o *Stock Option Programs* (ESOPs), criado para envolver trabalhadores no gerenciamento de empresas através da compra de ações e sua identificação com a empresa. A perspectiva, segundo críticos da proposta, seria a perpetuação do mito dos Estados Unidos como país de pequenos proprietários, com uma ampla classe média, fundamento da democracia e da nação norte-americana (Kasmir, 1996).

A idéia de participação dos trabalhadores, como ideologia, é reforçada em projetos de reestruturação produtiva empresarial, na adoção de trabalho em equipe, no qual as empresas passaram a destacar a importância dessa participação. É emblemático o caso da Fábrica da GM, que mudou de Detroit, nos EUA, para o Sul do país, fechando numerosos postos de trabalho e abrindo um número bem menor na nova fábrica, mas destacando, na propaganda do carro Saturn, o novo ambiente de trabalho participativo. O conflito capital-trabalho daria lugar, mais uma vez, no dis-

curso dominante, à cooperação capital-trabalho. O trabalhador-proprietário se constituiria na síntese desse processo (1996).

Também a partir da década de 1970, o debate sobre cooperativismo de trabalho e produção é retomado, agora dentro do paradigma da flexibilidade da produção e do trabalho, do fracasso das experiências socialistas, da revolução tecnológica e organizacional e de suas consequências sobre a classe trabalhadora e de seu papel como agente da mudança social. Permanece a duplicidade originária: como alternativa ao desemprego e autonomia do trabalhador, por um lado, e como o trabalho participativo e flexível por excelência, por outro.

No debate atual sobre cooperativismo no Brasil, as duas interpretações tentam dar conta das lógicas presentes na expansão das empresas autogestionárias. A primeira defende a hipótese de que as cooperativas de produção se constituem no modelo da economia social ou solidária, com posse dos meios de trabalho pelos trabalhadores e de sua gestão democrática, uma possível semente de um novo modo de produção. Além de opção ao desemprego e recuperação de postos de trabalho em empresas falimentares, a formação de redes de cooperativas se constituiria numa semente de uma economia social na qual a lógica de mercado estaria subordinada a uma lógica solidária.

Essa perspectiva tem sido defendida no Brasil por Singer (2000), em seus trabalhos sobre economia solidária. Embora ele ressalve que economia solidária não se restringe às cooperativas de produção, elas seriam sua base, pelo controle democrático da propriedade pelos trabalhadores e pela gestão da produção. Constituiriam uma associação de iguais. Caso a cooperativa progredisse, todos ganhariam por igual. Caso tivesse prejuízos, eles seriam igualmente distribuídos entre os sócios. Isso implicaria um maior envolvimento num trabalho desalienante, já que todos os trabalhadores participariam de todas as atividades da cooperativa. Constituiria também uma opção e uma defesa contra o desemprego, já que, sendo sócios, os desligamentos só poderiam se dar por decisões de assembléia e por motivos considerados graves.

A segunda perspectiva trabalha com a hipótese de que essas mesmas cooperativas constituem, ou podem tornar-se, um modelo de trabalho flexível, pós-fordista e funcional ao capital. Os trabalhadores-proprietários deslocariam a oposição capital-trabalho para a relação de colaboração capital-trabalho, uma vez que mudariam sua situação de classe a partir da sua transformação em trabalhadores-proprietários, com a adoção de uma perspectiva gerencial no trabalho. Isso implicaria uma flexibilidade no uso da força de trabalho e uma busca constante de competitividade como garantias de permanência no mercado. A inserção das cooperativas em redes empresariais as tornaria competitivas, pela maior responsabilização dos trabalhadores na gestão. Os aspectos negativos do processo estariam numa maior intensificação do trabalho, a partir de jornadas de trabalho vinculadas ao nível e ao prazo de encomendas e à instabilidade de ganhos, dependente das oscilações do mercado, da contratação de trabalhadores assalariados para cargos técnicos e gerenciais e da criação de novas hierarquias. Esses aspectos, contudo, terminam por englobar os dois grupos de cooperativas referenciados. As diferenças estariam no compromisso político, presente no envolvimento dos trabalhadores com a idéia de autogestão.

Com isso, o trabalho associado em cooperativas industriais, mesmo representando maior autonomia e democratização no trabalho, torna-se adequado aos ditames de flexibilização exigidos pelo capital. No momento em que os trabalhadores assumem o ônus da gestão do trabalho, eliminam custos para o capital. Nessas situações, a relação capital-trabalho é substituída pela relação empresa-empresa. Em tese, desaparece o conflito, ou pelo menos a empresa não é obrigada mais a gerenciá-lo.

Como modelo de cooperativa que deu certo e que inspira os defensores do trabalho associado a considerá-la exemplo de uma economia solidária no Brasil, está o Complexo Cooperativo de Mondragón, no País Basco Espanhol.

Mondragón constitui-se num conjunto de cooperativas industriais, banco e universidade,

surgido na década de 1950, e que, a partir dos anos 70, tornou-se um grande complexo industrial, com atuação em vários países. Sua característica é o trabalho associado de 90% dos trabalhadores (em torno de 20.000). É formado por cooperativas que trabalham para outras cooperativas do complexo e é gerenciado modernamente através da constante inovação tecnológica e de gestão. Os trabalhadores participam da gestão, e o desemprego tem sido evitado com a criação do seguro social e de outras formas que garantem apoio aos trabalhadores quando fecha alguma cooperativa.⁵

Numa perspectiva crítica, embora reconhecendo as vantagens presentes no modelo, Kasmir (1996) recusa a possibilidade de sua descontextualização histórica, para aplicação indistinta em qualquer lugar do mundo. Situa o Complexo no contexto cultural do País Basco e nas tendências presentes no movimento nacionalista, e dentro delas, situa-o com parte da tendência mais conservadora. Trabalha igualmente com o mito do igualitarismo basco, construído historicamente, o qual é utilizado indistintamente por correntes políticas de direita e esquerda. Para os radicais, representados pelo ETA, as cooperativas funcionariam como forma de dividir o movimento operário basco, já que, nas greves gerais, raramente os trabalhadores cooperativados participariam, ou por não se sentirem representados pelos sindicatos, ou mesmo pela sua situação de classe peculiar, a partir da qual não se identificariam com determinadas lutas levadas adiante pelas centrais sindicais. Ao mesmo tempo, os trabalhadores menos qualificados do Complexo não percebiam grandes diferenças entre a empresa cooperativa e uma empresa comum.

A partir de um estudo etnográfico realizado junto a esses trabalhadores, Kasmir (1996) demonstrou que eles participavam pouco das decisões, seja por não possuírem a expertise necessária, seja por desinteresse. Destacou ainda o surgimento de novas hierarquias, entre os trabalhadores cooperativados, que diferenciam os trabalhadores

⁵ Sobre Mondragón, veja-se White e White (1988).

mais qualificados da maioria dos trabalhadores do chão de fábrica. As decisões, dessa forma, ficariam a cargo de categorias de trabalhadores mais qualificados, melhor remunerados e mais envolvidos empresarialmente.

Aponta também que o modelo atrai não apenas defensores do cooperativismo ou das alternativas de maior democratização da gestão do trabalho, mas também executivos de grandes empresas, que vão estudar as vantagens do trabalho autogestionário, como técnica gerencial para suas empresas. Para ela, estaríamos diante da proposta de flexibilização pós-fordista. Isso porque, se comparados com os trabalhadores assalariados, os trabalhadores cooperativados não teriam o sindicato como órgão de defesa, e a adoção contínua de processos de trabalho racionalizados pouco diferenciaria uma empresa de outra no que diz respeito à alienação do trabalho. Na defesa de sua hipótese, alega que os defensores do modelo Mondragón pouco têm ouvido os trabalhadores, e o estudo empírico da percepção dos trabalhadores diminuiria o encanto, já que demonstraria grandes semelhanças com a empresa capitalista convencional.

No debate atual acerca de cooperativismo de trabalho no Brasil, as duas perspectivas tentam dar conta das mudanças sociais da fase atual do capitalismo, da constituição de atores coletivos e da possibilidade de ação desses atores, fora das explicações estruturais nas quais o trabalho era determinante na constituição da classe. As experiências relatadas mostram as dificuldades, para os trabalhadores, da passagem de uma "era de direitos", representada pelo trabalho assalariado, como perspectiva – considerando que no Brasil a chamada sociedade salarial sempre foi parcial – para uma sociedade caracterizada pela flexibilidade contratual, ou mesmo o fim do contrato de trabalho, substituído por formas alternativas nas quais o trabalhador é responsável por sua empregabilidade.

AS COOPERATIVAS NO BRASIL DOS ANOS 90

O crescimento das cooperativas de trabalho e produção industrial no Brasil pós-90, como afirmado anteriormente, resultou dos processos de adequação da economia brasileira a um mercado globalizado e suas implicações em termos do crescimento do desemprego e da informalização do mercado de trabalho. Na década de 90, diversas empresas passaram a demitir trabalhadores, sugerindo que se organizassem em cooperativas para prestar serviços como subcontratados por essas mesmas empresas.⁶

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB - o crescimento tem sido expressivo, como demonstram dados de 2003 por ramos de atividade:

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2003

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Educacional	303	98.970	2.874
Especial	7	2.083	6
Habitacional	314	104.908	2.472
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Turismo e Lazer	12	396	2
Transporte	706	48.552	2.099
Total	7.355	5.762.718	182.026

Fonte: OCB

O número de cooperados nos ramos de produção e trabalho não chega a 350.000 trabalhadores, mas esse dado deve ser visto com cuidado.

⁶ Grandes empresas industriais (principalmente na área de confecções e calçados) e de prestação de serviços (companhias telefônicas e elétricas privatizadas), entre outras, implementaram políticas de demissão e recontração de trabalhadores organizados em cooperativas.

Isso porque as cooperativas não são obrigadas a se registrar na OCB e em suas representantes estaduais, as Organização das Cooperativas Estaduais - OCEs, e grande parte delas não o faz. Por outro lado, a atuação da OCB, historicamente, esteve voltada para aqueles ramos tradicionais do cooperativismo, como o consumo, o crédito e o ramo agropecuário, dentro de uma perspectiva empresarial. E é nessa perspectiva que as cooperativas de trabalho e produção têm sido pensadas. Em diversas situações de organização de cooperativas por empresas, visando à terceirização de atividades, as OCEs atuam no treinamento de trabalhadores em cooperativismo, sem maior preocupação com o caráter "autêntico" ou não da cooperativa. Segundo entrevistas com representantes de OCEs, a inserção no mercado seria fundamental para a sobrevivência das cooperativas e, nesse sentido, sua organização deveria seguir os parâmetros das empresas regulares. Com isso, a OCB e as OCEs terminam assessorando projetos governamentais e empresariais de organização de cooperativas na lógica do desenvolvimento da pequena empresa.

Numa perspectiva autogestionária fortemente ligada ao ideário cooperativista de gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção, situam-se numerosas ONGs que assessoram grupos de trabalhadores, vinculados ou não a sindicatos, na organização de cooperativas e na transformação de empresas falimentares em empresas autogestionárias. É o caso da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias – que, desde o início dos anos 90, vem atuando na recuperação de empresas com o apoio de governos estaduais e prefeituras. A atuação da ANTEAG é representativa da perspectiva da economia solidária e, progressivamente, outras associações foram se organizando como a UNISOL, no estado de S. Paulo, vinculada ao Sindicato dos metalúrgicos do ABC, a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, vinculada a Fundação Unitrabalho. O caráter de movimento presente na economia solidária tem resultado em numerosos seminários, com publicações nas quais são destacadas experiências relativamente exitosas

de recuperação de empresas falidas e cooperativas de geração de renda, que se constituem em indicadores das possibilidades e limites dessa forma de empresa e como sugestão de políticas compensatórias a grupos de trabalhadores desempregados.

Singer (2000) assinala as numerosas dificuldades enfrentadas pelas cooperativas no caso brasileiro: a dependência de apoio externo (sugere o apoio estatal, como acontece para empresas regulares, através de isenção de impostos e outras formas de suporte), a tendência à degenerescência, em caso de sucesso dos empreendimentos, o risco de contratarem assalariados e desfigurarem o caráter igualitário da proposta autogestionária, a necessidade de manutenção do caráter efetivamente solidário, entre outros.

Mudanças em governos de estados ou municípios simpáticos ao cooperativismo têm provocado o fim de suporte governamental a programas e a ONGs, apontando para a fragilidade e a dependência da proposta de políticas públicas que mudam conforme o partido político no poder. Técnicos da ANTEAG ressaltam as dificuldades e descontinuidades de programas de apoio, em função da perda de suporte governamental, como no caso do governo do Rio Grande do Sul que, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, apoiava grande número de projetos.

O caráter recente da "nova onda" de cooperativas explica o número ainda relativamente baixo de pesquisas que explanem o que tem significado para os trabalhadores as experiências de autogestão e de serem proprietários-trabalhadores. E essas pesquisas nem sempre abrangem o trabalhador do chão de fábrica, ficando apenas com os gestores. No âmbito acadêmico, numerosos estudos de caso têm recuperado experiências de políticas governamentais e empresariais de organização de cooperativas, de cooperativas vinculadas explicitamente a fábricas (Lima, 2002; 2004, 2005), e experiências pontuais de autogestão – geralmente a partir de fábricas reorganizadas nesse formato por ONGs e Sindicatos (Valle, 2002; ANTEAG, 2000).

As cooperativas pragmáticas, de empresas,

ou “falsas” cooperativas, são formadas para atuar como sub-contratadas em redes empresariais, geralmente de setores de trabalho intensivo, como o de calçados e o de confecções. Nessas cooperativas, o suporte governamental se manifesta na disponibilização de prédios e infra-estrutura, complementada por empresas que cedem maquinaria e trabalhadores especializados. A dependência da cooperativa em relação à empresa é total; na realidade, ela funciona como uma seção da empresa. No início dos anos 90, essas cooperativas foram implementadas em grande número no Nordeste do país, dentro da política de guerra fiscal.⁷ Além do baixo custo da força de trabalho, as empresas – com as cooperativas organizadas pelo Estado – ficavam isentas de custos com obrigações sociais, receberem incentivos fiscais por dez anos, além de prédios e infra-estrutura. As cooperativas, geralmente, se situavam em cidades do interior, onde praticamente inexistia uma economia mercantil e os salários formais eram apenas os do setor público. Algumas funcionaram por quase dez anos e outras ainda estão funcionando. A maioria foi denunciada pela Procuradoria da República por fraudes, acusadas de utilizar trabalho assalariado disfarçado. As que ainda funcionam respondem a diversos processos.

Algumas campanhas sindicais, como no Ceará, levaram também ao fechamento de unidades. O mesmo aconteceu na Paraíba, no Rio Grande do Norte, na Bahia e em Pernambuco, estados do Nordeste brasileiro caracterizados pela mão de obra abundante e barata. Entretanto as denúncias não foram acompanhadas por tentativas de “recuperar” o verdadeiro caráter das cooperativas. Na maioria das vezes, elas foram simplesmente fechadas, e os trabalhadores ficaram sem nada. Isso levou, em algumas cidades, os trabalhadores a se colocarem contra os sindicatos, pois sua atuação

implicou a eliminação de postos de trabalho. Em outras situações, o funcionamento irregular da relação cooperativa-empresa, na qual essa última atrasava a remessa de serviços e pagamentos, os trabalhadores entraram na justiça contra as empresas, e as cooperativas foram sendo autuadas.

Além das irregularidades trabalhistas apontadas efetivamente, as denúncias demonstraram o despreparo dos sindicatos para trabalharem com cooperativas, uma vez que propunham que as empresas contratassem os trabalhadores como assalariados ou fechassem. A maioria optou pela segunda alternativa. Algumas fizeram a “reconversão” da cooperativa para empresa regular, dadas as vantagens recebidas com os incentivos fiscais e mesmo o custo da mão de obra, comparativamente a outras regiões do país. Mesmo assim, cooperativas desse tipo ainda funcionam em alguns estados nordestinos, “empregando”, em algumas situações, quase 3.000 trabalhadores por unidade fabril e produzindo calçados para exportação para Inglaterra e Estados Unidos.

No sul e sudeste do País, foram criadas também numerosas cooperativas por empresas, sendo que as situações mais controversas foram as das cooperativas de trabalho para coleta de laranjas, organizadas por fazendas no estado de São Paulo, e que chegaram a empregar mais de dez mil trabalhadores, fechadas por seu caráter fraudulento. No Rio Grande do Sul, alguns sindicatos do setor calçadista, com maior ou menor apoio do governo do Estado, organizou cooperativas de produção para enfrentar a transferência de empresas para o Nordeste e o desemprego no setor. Na maioria dos casos, os trabalhadores passaram a ter maiores retiradas, embora permanecessem dependentes da regularidade das encomendas da empresa contratante dos serviços das cooperativas, e que não mantém nenhum contrato formal com estas. Embora esteja presente a posse efetiva dos meios de produção, a vinculação a uma única empresa compromete o caráter autônomo da cooperativa.

Em 1999, com a criação da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário – da Central Única dos Trabalhadores, o movimento sindical passou

⁷ A política de “guerra fiscal” foi a estratégia utilizada por diversos estados brasileiros para atrair investimentos industriais originários de áreas de industrialização tradicional e que perderam competitividade com a abertura de mercados, por se inserirem em regiões com força de trabalho fortemente organizadas e pelo custo de manutenção de edifícios em áreas urbanas congestionadas.

a discutir o cooperativismo de forma mais sistemática. Até então, cada sindicato tomava a atitude que considerava mais adequada: alguns consideravam que as cooperativas constituíam uma opção de emprego, outros que eram uma fraude simplesmente. A partir daí, a separação entre cooperativas “verdadeiras” e “falsas” se consolidou, com os sindicatos apoianto as primeiras e denunciando as segundas. As primeiras seguiriam os princípios do movimento cooperativista, e as demais seriam empresas disfarçadas, embora ambas, em grande parte, trabalhem como sub-contratadas em redes empresariais.

EXPERIÊNCIAS PONTUAIS

Em pesquisa realizada no período 1997/2004, entre dezesseis cooperativas no Nordeste,⁸ todas organizadas por empresas integrantes de programas governamentais de atração de indústrias para a região, os trabalhadores raramente percebiam a diferença entre a cooperativa e uma empresa comum. Mesmo considerando que foram organizadas para terceirizar a produção em setores de uso intensivo de trabalho, houve tentativas de criar uma mentalidade cooperativa entre os trabalhadores, através de treinamentos e cursos sobre cooperativismo, que não surtiram efeito. A presença das empresas primeiras sempre foi muito forte, com funcionários supervisores nas unidades fabris e dos quais os membros das diretorias das cooperativas pouco se distinguiam. Em algumas delas, o presidente era contratado, ou a diretoria era formada por ex-funcionários das empresas.

Para os trabalhadores, era o primeiro emprego fabril. No geral, as cooperativas situavam-se em cidades relativamente distantes da capital dos

estados, e os trabalhadores eram oriundos de atividades rurais ou urbanas informalizadas, ou mesmo de empregos públicos nas prefeituras. Os ganhos nas cooperativas, embora instáveis em algumas delas, chegavam a um salário mínimo e às vezes o ultrapassava. A percepção que ficava entre os trabalhadores era dúbia: o fato de não terem carteira assinada significava não terem “direitos”; por outro lado, consideravam positivo o fato de terem um “emprego”, embora o considerassem, na maioria das vezes, temporário.

Vale ressaltar que o assalariamento, para esses trabalhadores, era percebido como acesso a direitos sociais como aposentadoria, serviços médicos, e trabalhistas como férias, 13º salário, certa estabilidade, indenização, FGTS etc. Algumas cooperativas passaram a descontar das retiradas do trabalhador o valor relativo ao pagamento dessas obrigações e a efetuar diretamente o recolhimento; outras deixavam por conta do trabalhador, que terminava por não recolher.

O caráter autogestionário ou de maior democracia no trabalho, mesmo com a existência de assembleias formais e eventuais, não era percebida como possibilidade de participação na gestão. Por um lado, as diretorias funcionavam como agentes das empresas e eram subordinadas aos supervisores, que estabeleciam como o trabalho deveria ser feito, o ritmo e a qualidade, além de serem responsáveis pela disciplina. Em outros termos, apenas o ônus do controle disciplinar ficava com os trabalhadores. Por outro lado, a pretensa propriedade da “empresa” era mais virtual que real: os edifícios eram cedidos pelas prefeituras; as máquinas ou eram das empresas, em sistemas de comodato, ou financiadas por bancos públicos que, em situação de crise, as retiravam. Em suma, a posse “coletiva” referia-se apenas ao resultado comum do uso coletivo da força de trabalho, já que o produto final se referia ao trabalho realizado no acabamento de peças do vestuário ou de calçados enviados pelas empresas.

A jornada de trabalho era outro problema. Quando diminuíam as encomendas ficavam ociosos e só ganhavam o que produziam, chegando ao

⁸ Foram entrevistados 110 trabalhadores (as) em três estados: Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte e Paraíba, além de discussão em grupo com uma média de 70 trabalhadores e ex-trabalhadores, num universo estimado de 5.000 trabalhadores. As entrevistas foram realizadas em 1997, 1998, 2000, 2003 e 2004. A pesquisa contou com apoio da FINEP e CNPq.

ponto de não receberam nada.

A existência de trabalhadores assalariados das empresas primeiras no ambiente de trabalho criava dois tipos de trabalhadores: os assalariados com “direitos” e os associados “sem direitos”; num quadro paradoxal: os que não tinham direitos eram os proprietários...

Apesar disso, essas cooperativas terminaram por se constituir numa opção de emprego em municípios sem atividades econômicas significativas, sendo disputadas por prefeitos, que as percebiam como única possibilidade de atrair investimentos industriais. E, no período em que funcionaram e onde ainda funcionam tiveram e têm impactos positivos na economia local, com maior circulação monetária representada pelas retiradas dos trabalhadores associados.

As que continuam funcionando dentro desse modelo, dado o caráter regular de suas encomendas e dos pagamentos das retiradas, não apresentam maiores problemas com os trabalhadores, apesar do caráter autoritário da gestão, pois se localizam em cidades sem outras opções de emprego atraentes, e a perda do emprego significa a necessidade de migrar para outras regiões do país. Para os trabalhadores, a idéia de trabalho solidário ou autogestionário existe de forma incipiente, a partir dos cursos de cooperativismo realizados, mas com pouca vinculação com o dia a dia no trabalho. Participam das assembleias, elegem seus dirigentes, mas não se percebem como autônomos e menos ainda como proprietários.

Estudos de caso em empresas “recuperadas” com apoio de ONGs ou sindicatos revelam um caráter diferenciado, representado pela maior participação dos trabalhadores, menor hierarquia e maior democratização no dia a dia do trabalho, o que se contrapõe, em numerosas situações, com problemas relativos à sustentabilidade do empreendimento cooperativo. Geralmente resultantes de processos de falência de empresas, os trabalhadores que permaneceram após a luta para organizar a cooperativa, enfrentam a questão da obsolescência tecnológica, da falta de capital de giro e da perda

de mercado para seus produtos. Quando se trata de cooperativas com trabalhadores mais qualificados, a chance de êxito é maior, assim como de deixar rapidamente de ser cooperativa e começar a contratar trabalhadores. Quando a maioria é de trabalhadores desqualificados, a falta de expertise na gestão, de interesse, e mesmo a insatisfação frente aos ganhos terminam comprometendo sua continuidade.⁹ Segundo depoimentos de trabalhadores, as cooperativas constituem-se uma opção frente ao desemprego, justificada ideologicamente em alguns casos e, em outros, apenas um momento de espera por receber dívidas trabalhistas e sair em busca de um emprego melhor.

Um terceiro modelo pode ser percebido em cooperativas que decorrem da transformação de associações de pequenos produtores, organizada por ONGs e com apoio de vários órgãos governamentais. Isso ocorre em municípios com alguma tradição na produção de determinadas mercadorias, como sapatos e artigos de couro, e que entraram em decadência com as transformações produtivas das últimas décadas. É o caso de uma cooperativa fundada no município de Timbaúba, interior de Pernambuco. Fundada originalmente com 26 sócios, a partir de uma associação de produtores, com o objetivo de aproveitamento da “vocação do município” na produção de sapatos, contou com apoio de ONGs nacionais e internacionais em sua organização, as quais garantiram prédio e maquinário próprio. Chegou a contratar trabalhadores assalariados e possuir marca própria de calçado, vendendo para lojas da região. Falta de capital de giro e a má gestão resultou na perda de capacidade de atender à clientela, o que a obrigou a trabalhar como terceirizada para uma empresa de calçados da cidade. Os sócios originais foram abandonando a cooperativa, que hoje conta com 22 trabalhadores, sendo que alguns estão presentes apenas quando as encomendas exigem, e outros mantêm outros empregos ou contam com o apoio famí-

⁹ Pesquisa realizada por Holzmann (2001) entre duas cooperativas resultantes do processo falimentar de uma indústria metalúrgica gaúcha evidencia a importância da variável qualificação no maior ou menor sucesso da experiência autogestionária.

liar para continuar no empreendimento, devido às baixas retiradas mensais. Os trabalhadores, entretanto, afirmam o interesse em continuar na cooperativa, destacando o caráter democrático do trabalho, a participação em todas as atividades e o fato de se constituírem numa “grande família”. Mesmo assim, a cooperativa não garante a subsistência no dia a dia, pois depende do volume de encomendas obtido e da manutenção de contratos de terceirização.

Situação análoga é relatada por Cabral (2004), ao estudar uma cooperativa resultante do processo falimentar de uma indústria têxtil e do vestuário na Região Metropolitana do Recife em 1995 e que teve apoio inicial da ANTEAG e posteriormente da OCEPE (Organização das Cooperativas de Pernambuco). Dos 600 trabalhadores originários, 250 permaneceram. Inicialmente, essa cooperativa funcionou no formato de empresa autogestionária, e, a partir de 1998, como cooperativa. Os trabalhadores possuíam cotas distintas em função dos débitos trabalhistas que lhe eram devidos, e não houve alteração na hierarquia. Em crise desde 2003, os trabalhadores revezam os dias de trabalho, pois não há trabalho para todos. Apenas os membros da administração trabalhavam diariamente e ganhavam por isso, criando grande insatisfação entre os demais trabalhadores.

Obviamente esses exemplos não podem ser generalizados, mas os dados de outras cooperativas “verdadeiras”, do setor de calçados e confecções, reproduzem situações análogas às dificuldades de pequenas empresas regulares, potencializadas pelas dificuldades da autogestão. Segundo uma operária de uma cooperativa organizada por uma empresa, fechada e posteriormente aberta pela prefeitura em “novas” bases, a situação anterior era mais satisfatória, pois a empresa garantia uma retirada certa: agora depende de conseguirem encomendas, o que implica a ajuda permanente de órgãos de apoio, por não possuírem estrutura para sua captação.

Pesquisa realizada pela ANTEAG com empresas em estado falimentar, reorganizadas como cooperativas no Rio Grande do Sul, destacou o

envolvimento dos trabalhadores com as cooperativas, o que poderia ser atribuído, também a uma maior cultura associativa naquele estado.¹⁰ Organizadas com apoio sindical, numa das maiores regiões produtoras de calçados do país, trabalhando terceirizadas ou não, elas têm garantido ganhos regulares aos trabalhadores e relativa satisfação com o trabalho autogestionário. Com referência à percepção do emprego, da propriedade e da gestão coletiva,¹¹ 61% dos trabalhadores entrevistados pela amostra declararam o desejo de permanecer na cooperativa, como forma de manter o posto de trabalho. Deve-se considerar que o número de trabalhadores que permaneceram nas cooperativas, nos processos de conversão, raramente ultrapassa 50%, considerando a redução de pessoal resultante da crise das empresas. Isso torna os trabalhadores associados “sobreviventes” de longa caminhada, do fechamento da empresa à sua reabertura com caráter autogestionário, o que pode significar maior conscientização acerca das vantagens do trabalho cooperativo, possibilitada por uma trajetória de luta pela conversão da empresa.

Quanto à propriedade, 75% declararam ser mais vantajoso trabalhar numa cooperativa do que numa empresa privada. A diferença, nesse aspecto, com relação aos trabalhadores das cooperativas nordestinas, encontra-se na forma de organização ou reorganização das empresas e a experiência anterior dos trabalhadores como assalariados, em contraposição a trabalhadores que foram “contratados” em empresas que se constituíram como cooperativas. A posse da empresa representa o pagamento de dívidas trabalhistas (que, de outra forma, poderiam nunca ser pagas) e a possibilidade de manutenção do posto de trabalho, após a luta para organizar a cooperativa.

Nessa direção encontra-se também a percentagem de trabalhadores que afirmaram preferir o trabalho na cooperativa ao trabalho assalariado –

¹⁰ A pesquisa englobou cooperativas de produção industrial, agrícolas e de trabalho.

¹¹ A amostra constou de 367 trabalhadores, de um universo de 1.523. Desses, 202 eram trabalhadores de cooperativas de produção industrial.

72%. O relatório reconhece ainda que fatores institucionais, como o regime de propriedade, não garantem um comportamento participativo e colaborativo, o que depende de alterações efetivas na hierarquia e uma sensação de participação efetiva no negócio, com baixas diferenças de retiradas, por exemplo. O relaxamento da hierarquia é percebido pelos trabalhadores, às vezes, como insegurança, pois há certa ansiedade na reprodução de algo semelhante ao que havia anteriormente nas empresas.

Em pesquisa direta realizada em cinco cooperativas de produção de calçados, também no Rio Grande do Sul, os trabalhadores afirmaram que a satisfação com a cooperativa estava na estabilidade das encomendas, o que garantia rendimentos regulares. Também estavam satisfeitos com as melhores condições de trabalho, com as hierarquias mais flexíveis e com a participação nas assembleias, participação essa cujo caráter, em grande parte, era mais de acesso à informação do que intervenção propriamente dita. Alguns trabalhadores afirmaram não ter grande interesse ou mesmo conhecimento com a relação a assuntos administrativos, mas consideravam importante manterem-se informados. Mesmo ponderando que a ausência dos direitos trabalhistas próprios dos trabalhadores assalariados formais era um dado negativo, comparativamente a uma empresa regular, as cooperativas propiciavam uma renda mensal às vezes superior à dessas empresas, além dos acordos internos que garantiam férias remuneradas e outros direitos trabalhistas, adaptados ao caráter de trabalho associado.

Rosenfield (2003), em um estudo sobre uma empresa em situação falimentar e reorganizada na forma de cooperativa no setor metalúrgico, criou uma tipologia a partir da relação de três grupos de trabalhadores e seu envolvimento no trabalho cooperativo.

O primeiro deles se caracterizaria pelo “engajamento”, e seria composto por trabalhadores com atuação política, que vêm no trabalho autogestionário uma possibilidade de transformação da relação capital-trabalho. Acreditam no projeto e assumem a necessidade de se adaptar à instabilidade das retiradas. A proposta extrapolaria os portões

da fábrica, como um projeto político-ideológico, que visa a uma sociedade socialista futura.

O segundo seria marcado pela “adesão” integral ou parcial ao projeto de construção da cooperativa, como proposta alternativa à relação capital-trabalho, na defesa de um “cooperativismo autêntico”, embora menos ideologizado. A adesão à cooperativa seria uma alternativa ao desemprego, com a valorização da democratização das relações de trabalho, da estabilidade do trabalhador associado, pelo reconhecimento do caráter empresarial do empreendimento, da necessidade de manutenção da competitividade, do trabalho duro e da hierarquia, pois, afinal, existiriam sempre competências diferenciadas. Tal como o engajamento, a adesão vê a proposta positivamente, embora sem o caráter militante de um projeto político, mas como uma permanência, uma garantia de continuidade, de manutenção da estabilidade do posto de trabalho.

O terceiro grupo é caracterizado como de “recuo”, no qual os trabalhadores se mantêm como cooperados pela absoluta falta de opção e como forma possível de reaver as perdas com a falência da empresa. Não se percebem donos, participam das assembleias, mas se sentem “de fora”; valorizam a carteira assinada e duvidam da viabilidade e continuidade do projeto.

Cabral (2004) também classifica em três os tipos de participação: a) os que apenas estão presentes e votam; b) os que participam intervindo apenas esporadicamente; c) e os que participam ativamente, geralmente os membros da direção. Nessa classificação, vincula a participação a maior escolaridade e qualificação.¹² O desinteresse do pessoal de “chão de fábrica”, tal como referido por Kasimir (1995) ao referir-se a Mondragón, aparece como resultante de diversos motivos: pela falta de instrução ou capacitação; cansaço; incompreensão do caráter autogestionário; descrença do modelo; necessidade de mobilização permanente o que pressuporia a manutenção de um caráter de militância

¹² Holzmann (2001) chegou a conclusão semelhante ao estudar duas cooperativas do setor metalúrgico, resultantes da falência de uma fábrica de fogões. Uma, formada por trabalhadores qualificados, ficou com a mecânica; a segunda, constituída por trabalhadores de baixa qualificação, com a fundição. Apenas a primeira sobreviveu.

política, difícil de ser mantida.

A questão da terceirização, na pesquisa da ANTEAG, não é percebida como um fator determinante da maior ou menor participação do trabalhador, embora se reconheça que a primeira empresa estabelece as características do produto, exigências sobre sua qualidade e mesmo a forma de organização da produção e do trabalho, o que, de certa forma, limita a autonomia da fábrica-cooperativa. Essa constatação é corroborada por diversos estudos de caso, realizados por Holzmann (2001), Rosenfield (2003) e Cabral (2004) em empresas reorganizadas como cooperativas ou organizadas para trabalharem como terceirizadas por sindicatos (Lima 2005). As cooperativas organizadas em função de uma empresa correm o risco de se manterem apenas enquanto vigoram os contratos de terceirização (na maioria das vezes verbais). Nesses casos, são poucas as cooperativas que trabalham para mais de uma empresa e, quando isso acontece, geralmente se trata de encomendas pontuais.

Essas situações apontam para as dificuldades de identificação dos trabalhadores com a cooperativa como proprietários, mesmo considerando que, no caso de empresas recuperadas ou organizadas por ONGS ou sindicatos, a militância dos trabalhadores resultou em maior consciência dos direitos, das possibilidades de autonomia e de democratização das relações de trabalho. Passados os períodos de implantação, os problemas da consolidação comprometem, ou pelo menos atenuam, a positividade da democratização das relações de trabalho. Mesmo quando observados os princípios de democracia no trabalho, as necessidades de organização da produção terminam por estabelecer novas hierarquias a partir da maior capacitação de alguns trabalhadores frente a outros. Também a necessidade de se manter no mercado resulta numa intensificação do trabalho, o que termina por deixar os trabalhadores insatisfeitos. Essa situação piora nos momentos em que, por aumento da demanda, algumas cooperativas contratam assalariados. A situação dos assalariados é vista como mais satisfatória, pois trabalham menos e possuem mais direitos.

Dessa forma, para os trabalhadores, o tra-

lho associado termina significando, em grande medida, falta de opções de emprego ou uma opção frente ao desemprego, mais do que uma procura consciente por autonomia ou democracia no trabalho. Tem-se tornado uma atividade complementar e mesmo temporária, enquanto os trabalhadores procuram um emprego como assalariados. A defesa da autogestão, entendida como democratização das relações de trabalho e da posse dos meios de trabalho, fica restringida aos quadros de direção, aos que militaram para a transformação da empresa em cooperativa e, em menor grau, por aqueles que aderiram aos projetos sem muita convicção.

Podemos afirmar, então, que o trabalho associado é trabalho flexível e precário por excelência e assim é percebido pelos trabalhadores? Em termos. As empresas têm, nas cooperativas, uma força de trabalho disponível quando precisam, diminuindo ou aumentando encomendas sem alterar seus gastos com funcionários. Para os trabalhadores das cooperativas, fica a instabilidade dos ganhos. Trabalham quando têm encomendas; quando não têm, voltam pra casa e tentam se virar como podem. Nessas situações a autogestão e a propriedade significam pouco para o trabalhador, que termina por preferir a estabilidade, ainda que ilusória, do trabalho assalariado.

Em empresas recuperadas, ou nas cooperativas resultantes da organização operária, a situação, embora distinta, enfrenta a dificuldade de manutenção de empresas que entram no mercado, geralmente sucateadas pelos processos falimentares, o que exige um esforço extra dos trabalhadores para sua manutenção, ou nas que trabalham terceirizadas, dependentes de empresas primeiras, que demandam não apenas apoio externo para sua sobrevivência, mas uma adesão a princípios solidários de difícil permanência numa sociedade não solidária, o que exige, de forma permanente, um renovar de energias na crença das possibilidades efetivas de construção de uma nova forma de produzir e viver.

(Recebido para publicação em janeiro 2006)

(Aceito em março de 2006)

REFERÊNCIAS

- ANTEAG. *Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho*. São Paulo: 2000.
- CABRAL, Guilherme, R. E. *Uma tentativa de implantação de uma cooperativa autogerida: o desafio da participação na Cooperativa dos Trabalhadores Têxteis de Confecção e Vestuário de Pernambuco Ltda.* 2004. Dissertação (Mestrado) - UFPE, PPGS, Recife.
- CORNFORTH, Chris Some factors affecting the success or failure of worker co-operatives: a review of empirical research in the United Kingdom. In: ECONOMIC and industrial democracy. London: Beverly Hills and New Delhi: SAGE, 1983. p.163-190.
- HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.
- IBASE/ANTEAG. *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: 2001. Relatório de Pesquisa. CD-Room.
- KASMIR, Sharryn. *The myth of Mondragón. Cooperatives, politics and working-class life in a basque town*. Albany: State University of New York Press, 1996.
- _____. The Mondragón model as Post-Fordist discourse: considerations on the production of Post-Fordism. *Critique of Anthropology*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v.19, n.4, p.379-400, 1999.
- LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho em cooperativas de produção industrial*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- _____. O trabalho em cooperativas de produção industrial: a volta de um velho paradigma. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.56, 2004.
- _____. *Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos*. São Leopoldo(RS), 2005. Mimeografado.
- LOUIS, Raymond. *Cooperativas de mano de obra, em regresión o expansión?* Madrid: Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. 1986. (Colección Informes OIT)
- OAKESHOTT, Robert. *The case for workers' co-operatives*. London, Henley and Boston, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- QUIJANO, Anibal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (Ed.). *Producir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- REIS, Cinthia Regina Nunes. *Cooperativismo e cooperativas de trabalho: o caso dos "Grupos de Trabalhadores"* de Lima Campos, Maranhão. 2003. Dissertação (Mestrado) - UFPE, Recife.
- ROSENFIELD, Cínara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In: SEMINÁRIO INTERMEDIÁRIO DO GT - ANPOCS - Trabalhadores, Sindicatos e a nova questão social. São Paulo, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção, In: SANTOS, B. S. (Ed.) *Producir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil In: SANTOS, B. S. (Ed.) *Producir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Economia solidária In: CATTANI, A.D. (Ed). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VALLE, Rogério. *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- WHYTE, Willian Foote; WHITE, Kathleen King. *Mondragón: mas que una utopia*. San Sebastian: Editorial Txertoa, 1989.